



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 49/XV/ 1.ª SL

Aos 26 dias do mês de outubro de 2022, pelas 10:10 horas, reuniu a Comissão De Orçamento E Finanças, na Sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Aprovação da ata n.º 44;**
2. **Discussão e votação do parecer final da [Proposta de Lei n.º 37/XV/1.ª \(GOV\)](#)
- Aprova a Lei das Grandes Opções para 2022-2026
Relatora: Deputada Carla Castro (IL)**
3. **Discussão e votação do parecer final da [Proposta de Lei n.º 38/XV/1.ª \(GOV\)](#) - Aprova o Orçamento de Estado para 2023
Relator: Deputado Alexandre Simões (PSD)**
4. **Discussão e votação do parecer da audição do Luís Laginha de Sousa, no âmbito da indigitação para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários;
Relator: Deputado Carlos Brás (PS)**
5. **Discussão e votação do parecer da audição da Prof.ª Dr.ª Inês Drumond, no âmbito da indigitação para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários;
Relator: Deputado João Barbosa de Melo (PSD)**
6. **Discussão e votação do parecer da audição Mestre Juliano Ferreira, no âmbito da indigitação para o cargo de Vogal do Conselho de Administração da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários;
Relator: Deputado Sérgio Ávila (PS)**
7. **Discussão e votação do parecer da audição da Dr.ª Teresa Gil, no âmbito da indigitação para o cargo de Vogal do Conselho de Administração da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários;
Relatora: Deputada Patrícia Dantas (PSD)**



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 49/XV/ 1.ª SL

8. Fixação da redação final da [Proposta de Lei n.º 21/XV/1.ª \(GOV\)](#)— Procede à transposição da Diretiva (UE) 2019/878, relativa ao acesso à atividade bancária e supervisão prudencial, e da Diretiva (UE) 2019/879, relativa à recuperação e resolução de instituições de crédito e empresas de investimento;
9. Discussão e votação do Parecer da iniciativa europeia [COM\(2022\)473](#) – “Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO relativo a uma intervenção de emergência para fazer face aos elevados preços da energia”;
Relatora: Deputada Patrícia Dantas (PSD)
10. Definição da metodologia de apreciação do [Projeto de Resolução n.º 244/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Recomenda ao Governo que “assegure o direito ao esquecimento”, dando início à negociação do acordo nacional relativo ao acesso ao crédito e a contratos de seguros por parte de pessoas que tenham superado ou mitigado situações de risco agravado de saúde ou de deficiência, de forma a operacionalizar o direito ao esquecimento consagrado na Lei n.º 75/2021, de 18 de novembro; (1.ª CACDLG e 9.ª CS em conexão)
11. Definição da metodologia de apreciação na especialidade do [Projeto de Lei n.º 327/XV/1.ª \(BE\)](#) – Limita a variação da taxa de esforço no crédito à habitação;
12. Definição da metodologia de apreciação na especialidade do [Projeto de Lei n.º 334/XV/1.ª \(L\)](#) – Determina que os mutuantes disponibilizem, aos interessados em contratar um crédito à habitação própria ou que sejam partes num, o regime de prestações constantes e mistas. Permite a renegociação dos créditos quando a taxa de esforço supere a recomendada pelo Banco de Portugal;
13. Definição da metodologia de apreciação do [Projeto de Resolução n.º 273/XV/1.ª \(PS\)](#) – Recomenda ao Governo que promova a efetiva aplicação do «direito ao esquecimento», nos termos consagrados na Lei n.º 75/2021, de 18 de novembro;



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 49/XV/ 1.ª SL

14. Definição da metodologia de apreciação do [Projeto de Resolução n.º 274/XV/1.ª \(CH\)](#) – Recomenda ao Governo que garanta um apoio a todas as famílias, correspondente a 40% do aumento da prestação com crédito habitação provocado pela subida da Taxa Euribor;
15. Fixação da redação final da [Proposta de Lei n.º 36/XV/1.ª \(GOV\)](#) – Autoriza o Governo a transferir para os municípios uma subvenção adicional específica do Fundo Social Municipal no ano de 2022;
16. Outros assuntos.

1. Aprovação da ata n.º 44;

Não havendo pedidos de palavra sobre este ponto, o Senhor Presidente colocou a ata supracitada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade, na ausência da IL, do PAN e do L.

2. Discussão e votação do parecer final da Proposta de Lei n.º 37/XV/1.ª (GOV) - Aprova a Lei das Grandes Opções para 2022-2026 Relatora: Deputada Carla Castro (IL)

Face à impossibilidade de comparência da Senhora Deputada Relatora, por força de compromissos políticos, e considerando que o Parecer houvera sido devidamente distribuído, o Senhor Presidente tomou a palavra para ler as respetivas conclusões, declarando, nessa base, que a Proposta em questão reunia todos os requisitos constitucionais, legais e regimentais para ser discutida e votada em Plenário da Assembleia da República, reservando os GP o seu sentido de voto para o debate.

Concluída a apresentação do Parecer, o Senhor Presidente questionou se algum dos Senhores Deputados pretenderia pronunciar-se sobre o seu conteúdo; não havendo pedidos de palavra, foi o mesmo colocado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, na ausência da IL, PCP, BE, PAN e L.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 49/XV/ 1.ª SL

3. Discussão e votação do parecer final da [Proposta de Lei n.º 38/XV/1.ª \(GOV\)](#) - Aprova o Orçamento de Estado para 2023
Relator: Deputado Alexandre Simões (PSD)

O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado Relator Alexandre Simões (PSD), para uma breve apresentação sobre o Parecer referido *supra*.

O Senhor Deputado Relator agradeceu ao Senhor Presidente, começando por declarar que foram tomados em consideração, na elaboração do documento, os pareceres da UTAO e do CFP, em especial, no tocante às previsões macroeconómicas subjacentes à proposta de lei. O Senhor Deputado Relator dispensou-se de desenvolver o cenário macroeconómico, remetendo os Senhores Deputados para o Parecer, tendo feito nota de alguns dos elementos mais relevantes, nomeadamente no âmbito do crescimento económico, o qual se estimaria em 1,3% para 2023, constituindo um abrandamento em face do ano corrente; assim como a inflação, que deveria, no entender do Relator, abrandar para 4%, após ter atingido 7,4% em 2022. Segundo o seu entendimento, o Orçamento partiu de uma projeção excecional, marcada pelo conflito na Ucrânia e por várias vicissitudes para as quais o Governo se propôs a responder através de cinco prioridades principais: a) reforçar os rendimentos das famílias; b) mitigar as subidas de preços e juros; c) acelerar a transição energética e climática; d) apostar no investimento e inovação; e) reforçar a credibilidade orçamental. De seguida, o Senhor Deputado Relator elencou alguns riscos orçamentais, também citados no Parecer da UTAO, como sucede com o risco associado à TAP e às parcerias público-privadas, salientando que ambos se prenderiam com pedidos de equilíbrio financeiro e ações arbitrais. Por fim, o Senhor Deputado Relator finalizou a sua intervenção, eximindo-se de manifestar a sua opinião nesta fase, procedendo à apresentação das conclusões do Parecer *subjudice*, considerando que a Proposta reúne todas as condições constitucionais para a respetiva discussão e votação em Plenário, reservando os GP o seu sentido de voto para o debate.

O Senhor Presidente agradeceu a apresentação ao Senhor Deputado Relator, colocando o Parecer à discussão, tendo o Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) tomado a palavra para cumprimentar o autor do Parecer e afirmar que acompanharia o mesmo.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 49/XV/ 1.ª SL

Não se registando mais pedidos de palavra, foi o Parecer colocado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, na ausência da IL, PCP, BE, PAN, L.

4. Discussão e votação do parecer da audição do Luís Laginha de Sousa, no âmbito da indigitação para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários; Relator: Deputado Carlos Brás (PS)

O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado Carlos Brás (PS), para uma breve apresentação referente ao Parecer mencionado *supra*.

O Senhor Deputado Relator agradeceu, enquadrando a audição no âmbito da Lei n.º 67/2013 de 28 de agosto (Lei-Quadro das Entidades Reguladoras). Neste contexto, declarou que o processo houvera sido instruído com a nota curricular e com o parecer favorável da CRESAP. Defendeu ainda que o Senhor Dr. Luís Laginha de Sousa apresentara uma explicação inicial e respondera aos Senhores Deputados aquando das interpelações pelos GP, defendendo, mediante a aprovação do Parecer em questão, que o indigitado estaria em condições para exercer as funções inerentes ao cargo.

De seguida, o Senhor Deputado João Barbosa de Melo (PSD) agradeceu a apresentação do Senhor Deputado Relator, acompanhando o seu entendimento.

Não havendo mais pedidos de palavra, o Senhor Presidente colocou o Parecer a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, na ausência da IL, PCP, BE, PAN e L.

5. Discussão e votação do parecer da audição da Prof.ª Dr.ª Inês Drumond, no âmbito da indigitação para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários; Relator: Deputado João Barbosa de Melo (PSD)

O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado João Barbosa de Melo (PSD), para uma breve apresentação referente ao Parecer mencionado *supra*.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 49/XV/ 1.ª SL

O Senhor Deputado Relator agradeceu, começando por afirmar que existiam muitos pontos em comum com o Parecer apresentado anteriormente, considerando que a metodologia adotada na audição fora a mesma, pelo que não haveria a necessidade de repetir o que já tinha sido exposto. Assim, o Senhor Deputado Relator explicitou que audição consistira numa única ronda com perguntas e respostas, sem necessidade de segunda ronda, concluindo que a indigitada reunia as condições para assumir o cargo.

De seguida, o Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) agradeceu a apresentação do Senhor Deputado Relator, acompanhando o seu entendimento.

Não havendo mais pedidos de palavra, o Senhor Presidente colocou o Parecer a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, na ausência da IL, PCP, BE, PAN e L.

6. Discussão e votação do parecer da audição Mestre Juliano Ferreira, no âmbito da indigitação para o cargo de Vogal do Conselho de Administração da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários; Relator: Deputado Sérgio Ávila (PS)

O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado Sérgio Ávila (PS), para uma breve apresentação referente ao Parecer mencionado *supra*.

O Senhor Deputado Relator agradeceu, asseverando que o relatório houvera seguido a metodologia normalmente adotada neste âmbito, como sucede com a análise curricular, as perguntas colocadas e a avaliação do perfil do indigitado. Mais acrescentou que a CRESAP dera parecer favorável ao candidato, defendendo que este reunia as condições necessárias para o exercício do cargo.

De seguida, a Senhora Deputada Patrícia Dantas (PSD) agradeceu a apresentação do Senhor Deputado Relator, corroborando o seu entendimento.

Não havendo mais pedidos de palavra, o Senhor Presidente colocou o Parecer a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, na ausência da IL, PCP, BE, PAN e L.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 49/XV/ 1.ª SL

**7. Discussão e votação do parecer da audição da Dr.ª Teresa Gil, no âmbito da indigitação para o cargo de Vogal do Conselho de Administração da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários;
Relatora: Deputada Patrícia Dantas (PSD)**

O Senhor Presidente deu a palavra à Senhora Deputada Patrícia Dantas (PSD), para uma breve apresentação referente ao Parecer mencionado *supra*.

A Senhora Deputada Relatora agradeceu, afirmando que não percorreria exaustivamente o teor da audição, visto que o enquadramento era o previsto para as audições anteriores, no âmbito da Lei-Quadro das Entidades Reguladoras. Assegurou que houveram sido entregues todos os documentos, como sendo o currículo da indigitada, a declaração de incompatibilidades e impedimentos e o parecer da CRESAP, do qual constava o perfil de competências da candidata, avaliado como positivo. A Senhora Deputada Relatora declarou igualmente que a audição fora realizada na Comissão, através de uma única ronda de questões, adequadamente respondidas, concluindo que a indigitada reunia as condições necessárias para o desempenho da função.

De seguida, o Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) agradeceu a apresentação da Senhora Deputada Relatora, acompanhando o seu entendimento.

Não havendo mais pedidos de palavra, o Senhor Presidente colocou o Parecer a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, na ausência da IL, PCP, BE, PAN e L.

8. Fixação da redação final da [Proposta de Lei n.º 21/XV/1.ª \(GOV\)](#)— Procede à transposição da Diretiva (UE) 2019/878, relativa ao acesso à atividade bancária e supervisão prudencial, e da Diretiva (UE) 2019/879, relativa à recuperação e resolução de instituições de crédito e empresas de investimento;

Principiando o presente ponto, Senhor Presidente questionou se haveria algum pedido de palavra a propósito da redação final da iniciativa mencionada *supra*.

Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 49/XV/ 1.ª SL

Neste sentido, tomou a palavra o Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) que, agradecendo a atividade desenvolvida pelos serviços, declarou que a redação final ainda não incorporava a alteração dos sentidos de voto das propostas de alteração 9C e 18C, ambas relativas ao artigo 30.º-B RGICSF e que o GP do PS tinha sinalizado como rejeitadas. No tocante à sugestão de redação final propriamente dita, apresentada pela DAPLEN, o Senhor Deputado declarou que o GP do PS acompanharia, no geral, a proposta, excetuando os seguintes preceitos:

- No n.º 5 do artigo 138.º-AF, o entendimento foi no sentido de manter a remissão prevista para o n.º 1;
- No n.º 12 do artigo 138.º-AL, considerou-se que a remissão constante deveria ser ajustada para o n.º 6, ao invés do n.º 3;
- Na alínea g) do n.º 7 do artigo 138.º-BG, pretendeu-se a manutenção do texto original da proposta de lei.

Na sequência do desenvolvimento do presente ponto, o Senhor Deputado Miguel Cabrita continuou a enumerar mais lapsos de que, no seu entender, a proposta padecia:

- Na alínea d) do n.º 9 do artigo 145-X, onde se encontrava referenciado o artigo 8.º-B, deveria entender-se a remissão como sendo para o artigo 8.º-A;
- Na alínea i) do n.º 4 do artigo 145.º-AG, onde estava previsto o artigo 138.º-BR, deveria ler-se a remissão como sendo para o artigo 138.º-BM;
- No n.º 4 do artigo 138.º-BF, a remissão operada para o artigo 138.º-BC deveria ser entendida como sendo para o artigo 138.º-BD.

Neste momento, interveio o Senhor Deputado Alexandre Simões (PSD), que indagou se só estariam em causa propostas de correção ou propostas efetivamente substantivas. O Senhor Deputado Miguel Cabrita assegurou que só estavam em causa remissões ou correções de remissão, sem conteúdo de fundo, mais acrescentando que a principal preocupação seria a entrada em vigor do diploma no seu conjunto, sem potenciais lapsos.

O Senhor Presidente lembrou que os lapsos detetados na proposta de lei em si, que não foram objeto de propostas de alteração, não seriam suscetíveis de ser corrigidas em âmbito de redação final.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 49/XV/ 1.ª SL

De maneira a solucionar o impasse, ficou acordado que a sede não era a própria para retificar eventuais lapsos à proposta de lei, optando-se por não prosseguir com a sua enumeração por parte dos GP, desconsiderando-se as três últimas correções mencionadas (alusivas à alínea d) do n.º 9 do artigo 145.º-X, alínea i) do n.º 4 do artigo 145.º-AG e n.º 4 do artigo 138.º-BF). Em contrapartida, com a anuência de todos, a incorporação da alteração dos sentidos de voto das propostas 9C e 18C (relativas ao artigo 30.º-B do RIGCSF) e o primeiro elenco de propostas de alteração à sugestão de redação final enviada pelos serviços (referente ao n.º 5 do artigo 138.º-AF, n.º 12 do artigo 138.º-AL e alínea g) do n.º 7 do artigo 138.º-BG) foram colocados a votação, tendo sido aprovados por unanimidade, na ausência da IL, PCP, BE, PAN e L, ficando concluída a aprovação da redação final da Proposta de Lei em análise.

**9. Discussão e votação do Parecer da iniciativa europeia [COM\(2022\)473](#) – “Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO relativo a uma intervenção de emergência para fazer face aos elevados preços da energia”;
Relatora: Deputada Patrícia Dantas (PSD)**

O Senhor Presidente deu a palavra à Senhora Deputada Patrícia Dantas (PSD), que iniciou a sua exposição desenvolvendo os fundamentos da iniciativa em questão, atinentes à tendência crescente dos preços do gás e da eletricidade, paralelamente ao aumento do consumo desta e de combustíveis para a sua produção. Neste contexto, a Senhora Deputada Relatora discorreu a posição da Comissão Europeia, que considerou a necessidade de uma intervenção de emergência, de maneira a inverter a mencionada tendência. No entendimento da Senhora Deputada Relatora, a proposta consubstanciaria duas áreas chave de atuação: no sector da eletricidade, onde estaria prevista a redução da procura, o estabelecimento de limites máximos às receitas obtidas neste mercado, a previsão de incentivos à aquisição de energia renovável e a sugestão de medidas aplicáveis ao mercado retalhista; e no sector do petróleo, gás e refinação, estabelecendo-se a possibilidade de apoiar os clientes finais com a contribuição de solidariedade temporária. A Senhora Deputada referiu também a base jurídica da iniciativa, à luz do princípio da subsidiariedade e proporcionalidade, citando ainda o n.º 1 do artigo 122.º do TFUE, reconhecendo a necessidade de uma intervenção rápida e coordenada da UE, entidade mais bem posicionada para atenuar as dificuldades dos



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 49/XV/ 1.ª SL

consumidores no atual contexto. A Senhora Deputada finalizou a sua intervenção, propondo que a Comissão de Orçamento e Finanças remetesse o presente parecer à Comissão de Assuntos Europeus para os devidos efeitos.

O Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) tomou a palavra para agradecer e cumprimentar a Senhora Deputada Relatora pelo trabalho empreendido, antecipando que votaria a favor do parecer em discussão.

Não havendo mais pedidos de palavra, o Senhor Presidente colocou o referido parecer a votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos Senhores Deputados presentes, na ausência da IL, do PCP, do BE, do PAN e do L.

- 10. Definição da metodologia de apreciação do [Projeto de Resolução n.º 244/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Recomenda ao Governo que “assegure o direito ao esquecimento”, dando início à negociação do acordo nacional relativo ao acesso ao crédito e a contratos de seguros por parte de pessoas que tenham superado ou mitigado situações de risco agravado de saúde ou de deficiência, de forma a operacionalizar o direito ao esquecimento consagrado na Lei n.º 75/2021, de 18 de novembro; (1.ª CACDLG e 9.ª CS em conexão)**

A Senhora Deputada Inês de Sousa Real (PAN) declarou que pretendia discutir o projeto de resolução supracitado em Comissão.

- 11. Definição da metodologia de apreciação na especialidade do [Projeto de Lei n.º 327/XV/1.ª \(BE\)](#) – Limita a variação da taxa de esforço no crédito à habitação;**

Aquando da introdução do presente ponto, a Senhora Deputada Mariana Mortágua questionou o GP do PS se existiria alguma proposta elaborada sobre o objeto em causa, nomeadamente pelo Governo, e se iria ser apresentada à Assembleia da República, para aferir da possibilidade de uma especialidade conjunta.

Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 49/XV/ 1.ª SL

Em resposta, o Senhor Deputado Miguel Cabrita afirmou que não tinha informação sobre esta matéria, mais asseverando que o seu partido não é o Governo, mas sim o GP da maioria que apoia o Governo.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua defendeu que seria do interesse de todos obter esta informação e esperar pela iniciativa do Governo, considerando que se tratava de um assunto urgente, para que pudesse ser discutido o mais rápido possível.

O Senhor Presidente interveio, declarando que, na definição da metodologia dos projetos de lei, se aferiria da conveniência da constituição de um grupo de trabalho; não havendo essa necessidade, seguir-se-ia a tramitação ordinária. Considerando que os trabalhos se encontravam suspensos por virtude do processo orçamental, também a iniciativa em causa ficaria suspensa, salva a apresentação de um requerimento solicitando a tramitação da mesma, o qual careceria de votação nesse sentido. Assim, não havendo grupo de trabalho, seguir-se-iam os trâmites subsequentes, nomeadamente, a fixação de um prazo para audições e propostas de alteração.

- 12. Definição da metodologia de apreciação na especialidade do [Projeto de Lei n.º 334/XV/1.ª \(L\)](#) – Determina que os mutuantes disponibilizem, aos interessados em contratar um crédito à habitação própria ou que sejam partes num, o regime de prestações constantes e mistas. Permite a renegociação dos créditos quando a taxa de esforço supere a recomendada pelo Banco de Portugal;**

O presente ponto foi adiado, devido à ausência do Senhor Deputado Rui Tavares (L).

- 13. Definição da metodologia de apreciação do [Projeto de Resolução n.º 273/XV/1.ª \(PS\)](#) – Recomenda ao Governo que promova a efetiva aplicação do «direito ao esquecimento», nos termos consagrados na Lei n.º 75/2021, de 18 de novembro;**

O Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) declarou que pretendia discutir o projeto de resolução supracitado em Comissão.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 49/XV/ 1.ª SL

- 14. Definição da metodologia de apreciação do [Projeto de Resolução n.º 274/XV/1.ª \(CH\)](#) – Recomenda ao Governo que garanta um apoio a todas as famílias, correspondente a 40% do aumento da prestação com crédito habitação provocado pela subida da Taxa Euribor;**

O Senhor Deputado Rui Afonso (CH) declarou que pretendia discutir o projeto de resolução supracitado em Plenário.

- 15. Fixação da redação final da [Proposta de Lei n.º 36/XV/1.ª \(GOV\)](#) – Autoriza o Governo a transferir para os municípios uma subvenção adicional específica do Fundo Social Municipal no ano de 2022;**

O Senhor Presidente questionou se algum dos Senhores Deputados queria pronunciar-se sobre o presente ponto. Não havendo qualquer manifestação nesse sentido, a sugestão de redação final da proposta de lei foi colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade, na ausência da IL, PCP, BE, PAN e L.

16. Outros assuntos.

O Senhor Presidente confirmou que todos os GP e DURP estariam na primeira fila durante as audições na especialidade, reportando-se ao único elemento que houvera ficado pendente na reunião de Mesa e Coordenadores do dia anterior.

O Senhor Presidente lembrou ainda que o debate sobre a Proposta de Lei que aprova o Orçamento do Estado para 2023 já tinha começado, informando que, após a eventual aprovação na generalidade, ocorreriam as audições na especialidade, a começar pela audição do Senhor Presidente do Tribunal de Contas.

Por fim, o Senhor Presidente deu nota de que o BE formulara um conjunto de perguntas ao Ministro das Finanças, as quais já tinham sido enviadas, aguardando-se resposta.



Comissão de Orçamento e Finanças

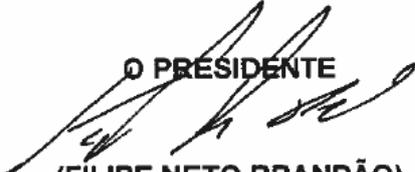
ATA NÚMERO 49/XV/ 1.ª SL

Não tendo mais nenhum assunto adicional a apresentar, o Senhor Presidente deu por concluída a reunião, desejando aos Senhores Deputados uma boa e elevada discussão da Proposta de Lei que aprova o Orçamento do Estado para 2023.

A reunião foi gravada em [suporte áudio](#), pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

A reunião foi encerrada às 11:09 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 26 de outubro de 2022.


O PRESIDENTE
(FILIPE NETO BRANDÃO)



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 49/XV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Bernardo (PS)
Carlos Brás (PS)
Carlos Pereira (PS)
Filipe Neto Brandão (PS)
Hugo Costa (PS)
Miguel Cabrita (PS)
Miguel Matos (PS)
Pedro Anastácio (PS)
Sérgio Ávila (PS)
Vera Braz (PS)
Alexandre Simões (PSD)
Artur Soveral Andrade (PSD)
João Barbosa De Melo (PSD)
Jorge Paulo Oliveira (PSD)
Patrícia Dantas (PSD)
Rui Vilar (PSD)
Rui Afonso (CH)
Bruno Dias (PCP)
Mariana Mortágua (BE)
Inês De Sousa Real (PAN)
Jorge Seguro Sanches (PS)
Luís Soares (PS)



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 49/XV/ 1.ª SL

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ivan Gonçalves (PS)
Duarte Pacheco (PSD)
Hugo Carneiro (PSD)
Carla Castro (IL)
Rui Tavares (L)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Jamila Madeira (PS)
Joana Lima (PS)